

**Educação superior à distância:
uma alternativa de acesso ao saber acadêmico através do ciberespaço**

André Luiz da Silva¹
Priscila Maíla da Silva²

Resumo

A educação é o instrumento de valorização integral do homem. No mundo atual a busca pela educação superior é impulsionada pelo acesso rápido e pela velocidade da informação através do computador. A navegação virtual, a busca pelo saber flutuante e destotalizado, aprendizagens cooperativas, gerenciamento de competências em tempo real, estes e outros processos impulsionados pelo ciberespaço, são atualizações e novas relações com o saber na modernidade. Este artigo traz um estudo sobre: educação, os valores a serem passados através da educação, educação estética, um perfil histórico do sistema educacional brasileiro e aspectos sobre o ensino superior no Brasil. No final será analisado o objeto de estudo deste artigo, educação superior à distância: uma alternativa de acesso ao saber acadêmico através do ciberespaço.

Palavras chave: Educação. Ensino Superior. Ciberespaço.

Introdução

O computador é designado como uma mídia, um meio, veículo empregado para atingir um fim, a audiência de um determinado público, neta pesquisa o público dos que navegam no ciberespaço, o espaço de comunicação centrado na internet, o espaço virtual para a comunicação proporcionado pela tecnologia. De acordo com Santaella (2000) o veículo indica um meio de transmissão ou comunicação, sendo mais específico e tangível do que meio enquanto causa,¹ sugere muito mais do que meio a ideia de um caminho físico de transmissão ou comunicação.

Na modernidade o computador, é em seu sentido mais específico, um meio de fornecimento e comunicação de informações. O computador fornece um nível de dinâmica comunicativa que facilita todas as relações sociais que envolvem o homem moderno, sejam elas relações de trabalho, de amizade, de acesso a informação, isto

¹ Graduado em Comunicação Social e graduando em Letras, pela UEPB. Email: andrecomunicacaopb@yahoo.com.br

² Graduado em Direito e graduanda em Administração pela UEPB. Email: priscilaplug@yahoo.bom.br

tudo proporcionado pela interatividade das tecnologias de informação. O termo interatividade resalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação, como acontece com a educação à distancia.

Cada povo tem um processo de educação pelo qual transmite sua cultura, seja de maneira informal ou por meio de instituições como a escola. Segundo Aranha (1996) o homem não pensa de forma sistematizada a questão da educação, que deve ser pensada através dos costumes de geração para geração

A educação é dialética, ela se renova, se movimenta gradativamente, acompanha o curso da história e as transformações que atingem o homem moderno, transformando suas relações de convivência em sociedade com os outros homens.

Através deste artigo faremos um estudo sobre a educação a distância, mais precisamente sobre o acesso ao saber acadêmico através do ciberespaço, uma alternativa de acesso e democratização do saber na modernidade, uma realidade do mundo contemporâneo.

Os valores a serem passados através da educação

O homem é um ser natural e transforma a natureza conforme suas necessidades de existência, isto de forma intencional e planejada. Os valores existem antes mesmo de nós, o mundo cultural é um sistema de significados estabelecidos, estabelecido por outros. Estes valores são os que nos possibilitam viver juntos em sociedade, onde a medida em que reconhecemos a importância e respeitamos estes valores não causamos conflitos de sobrevivência.

Aprendemos desde cedo, através da educação de nossos pais e familiares, a como nos comportar à mesa, na rua, diante de estranhos, como e quando falar em determinadas circunstâncias, como andar, correr, brincar, como cobrir o corpo como desnudá-lo, qual o padrão de beleza, que direitos e deveres possuímos. “Na medida em que atendemos ou transgredimos certos padrões, nossos comportamentos são avaliados bons ou maus, e o que produzimos é julgado belo ou feio”. (ARANHA, 1996, p. 118).

Podemos identificar diversos valores na sociedade contemporânea, são eles: o econômico, vitais, lógicos, éticos, estéticos, religiosos e etc. Para que o homem consiga viver em sociedade é imprescindível que ele dê importância a estes valores.

Se os valores são a base de todas as nossas ações, é inevitável reconhecer sua importância para a prática educativa, a formação do cidadão. Mas os valores transmitidos pela sociedade não são na maioria das vezes, tematizados, muitos educadores não baseiam sua prática em uma reflexão mais atenta a respeito. A eficácia da educação está em explicitar tais valores, refletindo sobre as bases axiológicas da educação. Em seguida iremos dar uma ênfase maior a questão da educação dos valores, através dos valores; morais, políticos, estéticos e a educação para a liberdade do cidadão.

Educação moral: a educação do homem através da razão

De maneira genérica, a moral é o conjunto de regras e condutas adotadas pelos indivíduos de um grupo social e tem a finalidade de organizar as relações interpessoais seguindo os valores do bem e do mal. Consoante Aranha(1996) o homem não nasce moral, ele torna-se moral. Desta forma é importantíssimo o papel desempenhado pela educação não através de “aulas de moral”, mas por meio do processo educacional, enquanto consideramos este processo como de interação entre seres sociais, onde aprendesse a moral através do convívio humano. Assim a partir de critérios morais o “bem viver” significa agir virtuosamente, agir segundo princípios.

A plenitude da vida moral acontece a medida em que o homem desenvolve a inteligência e a afetividade, tornando-se capaz de perceber regionalmente o mundo por o meio de abstração e crítica, ao mesmo tempo que pela solidariedade e pela reciprocidade, ultrapassa o egocentrismo infantil.

Educação política: a ideologia do poder vigente educando o cidadão

A política diz respeito ao uso do poder que torna possível a administração da cidade, o espaço de atuação do cidadão. Historicamente através dos séculos a educação de crianças e jovens tem atendido a expectativas de grupos que detém o poder em cada sociedade. Por isso existe a escola dualista, uma para a elite e outra para os pobres, quando lhes é destinada. A ideologia dominante encobre esta realidade, esta exclusão. As divisões políticas instauram este desequilíbrio, implantando a dominação

educacional. Por isso na formação das crianças e jovens através da educação é preciso que o professor apresente os caminhos para a mudança, pois se os professores não tiverem a consciência dos pressupostos políticos de sua prática, eles estarão a serviço da ordem vigente.

No debate atual a respeito da política a democracia é colocada como um bem a ser alcançado, mas este ideal se choca, e bate de frente com estruturas antigas, solidificadas que dificultam ou até impossibilitam a instauração da democracia. Nas sociedades autoritárias o poder político se concentra nas mãos de poucos e exclui a maioria dos cidadãos. A democracia é por excelência pluricracia, fazer com que ela exista é um desafio que não passa apenas pelos bancos escolares, devendo mobilizar a todos, até os governos ou país, professores, centros culturais, toda a sociedade civil.

Educação estética: a valorização do pensamento humanístico através da artes

A arte é uma forma de conhecimento que organiza o mundo por meio do sentimento, da intuição e da imaginação. A educação estética possibilita o ensino das artes que proporciona a abertura para a ousadia, por que estimula o pensamento divergente. A arte tem um papel formador da personalidade humana, é através dela que o verdadeiro homem, rompe com padrões conservadores de uma determinada sociedade. A arte é o veículo da expressão do pensamento do sujeito autônomo, é por isso que a censura às artes seja um amigo inseparável dos ditadores.

Muitos sistemas educacionais que estão nas mãos do governo não por acaso, excluem o ensino às artes, isto de forma a amarrar a liberdade de pensamento. A investigação a respeito de valores estético, a preocupação em desenvolver no educando a percepção e a imaginação, são importantes até para servir de contraponto à maneira pelo qual, a moral e a política lidam com as ações e paixões humanas. A postura estética ajuda a evitar as formas petrificadas, rígidas e intransigentes do fanatismo e do moralismo político. A arte é a expressão do rompimento de tais práticas, ela é a esperança de mudança política, por intermédio de uma conscientização através da educação estética.

Educação para a liberdade do cidadão

Educação e liberdade são inseparáveis, isto porque a liberdade não é algo que é dado, mas conquistado. Através do amadurecimento o homem aprende a ser livre, a educação autêntica, é a educação para a liberdade. A educação a ser aplicada nas escolas não pode ser a do adestramento, da doutrinação, mas a educação a ser transmitida deve ser para a liberdade de pensamento.

Vamos entender o que seria a educação para a liberdade. Muitos pensadores dão seus conceitos sobre a liberdade, por exemplo, alguns filósofos conceituam a liberdade e como fazer o que se deseja, outros afirmam que liberdade seria o cuidado de cada um agir respeitando os limites da liberdade alheia. Diante de várias interpretações o conceito sobre liberdade se encaminha para diferentes posições.

Vamos analisar alguns destes direcionamentos. O determinismo absoluto afirma que toda ato é causado, onde o homem, a semelhança das coisas, sofre constrangimentos interno e externos, tendo apenas uma ilusão de escolher livremente.

Já para os adeptos da liberdade incondicional, o homem teria uma liberdade absoluta, podendo agir de uma forma ou de outra, independe das formas que o constrange. Analisando estas duas direções antagônicas Aranha (1996, p. 123) afirma que:

Estas duas posições pecam por sua rigidez. Para superar o impasse, podemos abordar a questão a partir de uma visão dialética [...] quando torna conhecimento, da situação em que se encontra inserido o homem é capaz de superar os obstáculos a ele interpostos. É capaz de agir sobre a realidade transformando-a, desenvolve-se a partir daí a possibilidade de atuação criadora livre.

A liberdade não é uma dádiva, mas uma tarefa de construção a partir de uma situação dada e de condições históricas concretas de âmbito pessoal e do campo da ação social, onde o homem transforma as condições de sua existência coletiva.

Um perfil histórico do sistema educacional brasileiro

A história do sistema educacional brasileiro teve início no ano de 1549, 49 anos após a chegada dos portugueses no Brasil. Os jesuítas chegaram no Brasil para realizar

um trabalho de catequização e para iniciarem os índios, a lerem escreverem utilizando a língua portuguesa. A primeira escola construída no Brasil foi em Salvador, então capital do país.

De acordo com Romanelli (1991) o ensino dos jesuítas era ditador, caracterizado por uma reação ao pensamento crítico, porem através dele foram lançadas as bases da literatura brasileira atual. Mais tarde, a partir de 1760 os interesses religiosos na educação do Brasil colônia começaram a se confrontar com os interesses da coroa portuguesa.

Os interesses dos jesuítas não condiziam com os interesses do comércio dos portugueses, por isso Pombal expulsou os jesuítas do Brasil. Este fato histórico mostra que a educação sempre esteve no centralizada em dimensões políticas.

A expulsão dos jesuítas causou mudanças serias na estrutura da educação do Brasil colônia, o que reinou foi a mais completa desordem. Foi criado o “subsídio literário”, uma espécie de imposto que incidia sobre alguns produtos. O salário dos professores dependia deste subsídio, o que era baixo, e não era cobrado regularmente, fato este que fazia com que os professores não recebessem seus salários com frequência. A situação dos professores era péssima, além de não receberem salário eles não eram formados para exercerem a profissão. Os professores eram nomeados por indicação, ou sob concordância dos bispos, além disso trabalhavam sem realizar um planejamento escolar.

A situação da educação no Brasil colônia mudou radicalmente com a chegada da família real. De acordo com Pilleti (1996) com a chegada de toda a corte, que veio fugida de Portugal, ou seja, não veio por livre e espontânea vontade, se fez necessário desenvolver um novo sistema educacional, para substituir o implantado por Pombal, isto para atender a corte instalada no Brasil. A família real criou as academias militares, escolas de Direito e Medicina, a biblioteca Real, o jardim botânico e a imprensa Régia, que foi importante para divulgação das ideias entre os letrados.

Em 1824 D. Pedro I outorga a primeira constituição brasileira, que no Art. 179 dizia “ A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. D. Pedro I, visando suprir a carência de professores, havia criando antes, em 1823 o “Método Lancaster”, que funcionava da seguinte forma: um aluno treinado ensinava a um grupo de alunos sob a rígida vigilância de um inspetor. D. Pedro I realizou outras ações e projetos, todos com a finalidade de desenvolver a educação no Brasil, isto depois de proclamar a independência. A verdade é que o sistema educacional brasileiro sempre esteve

atrelado a uma elite dominante e totalmente exploradora, voltada para a dominação social. As oligarquias do Brasil colônia e monárquico, estavam alicerçadas na dominação via controle do saber. O modelo destes períodos era a importação do saber, do pensamento europeu, a minoria que controlava a educação era formada por senhores de terras e de engenhos, que dominavam uma massa de agregados e escravos. A minoria possuía direito a educação mesmo assim as mulheres eram proibidas de estudar e o ensino era limitado a uma determinada camada da população, a classe dominante.

Com a independência do Brasil, no ano de 1889, vieram as influências positivistas na educação brasileira. Agora livre de Portugal, o Brasil começou a organizar as escolas, influenciado pela filosofia positivista, que tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária, seguindo a orientação do que estava estipulado na constituição brasileira.

Os primeiros investimentos no sistema educacional brasileiro começaram a ser realizados verdadeiramente a partir da revolução de 1930

A revolução de 30 marcou a entrada do Brasil no um mundo capitalista de produção, para isto o Brasil necessitava de uma mão de obra especializada, qualificada. O governo necessitou investir na educação, e aconteceram várias mudanças como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, sancionados decretos para organizarem o ensino secundário e as universidades brasileiras inexistentes. Na constituição de 1934 pela primeira vez a educação é considerada um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Também foram criadas as universidades de São Paulo, e do Distrito Federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, com uma faculdade de educação, na qual se situava o instituto de educação

Mais tarde, no período do estado novo, de 1937 á 1945, a orientação político-educacional para o mundo capitalista é bastante clara, e tirava do estado o dever da educação. Este período marcou uma distinção entre o trabalho intelectual, para as pessoas das classes mais favorecidas, e o trabalho manual enfatizando o trabalho profissional para as classes mais desfavorecidas. Com a constituição de 1946 o ensino primário é considerado obrigatório e dá competência da União pra legislar sobre

diretrizes e bases da educação nacional. O outro ponto importantíssimo desta constituição foi que ela fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos.

Seguindo uma nova fase no sistema educacional brasileiro, no mesmo ano o Ministro Raul Leitão da Cunha regulamentou o ensino Primário e o ensino Normal e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC. O ano de 1946 também foi marcado pela criação de uma comissão, através do Ministro Clemente Mariani, que tinha como objetivo elaborar um anteprojeto de reforma da educação nacional. Mais tarde em 1948 este anteprojeto foi encaminhado para a Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas. Após 13 anos de discussão foi promulgada a Lei 4.024 em 20 de dezembro de 1961, no qual prevaleciam as ideias da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos de ensino particulares do ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros. Nascia então a nossa 1ª Lei de Diretrizes Bases para a Educação.

Na década de 50 um fato marcante com relação ao sistema educacional brasileiro foi a criação do Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1953. A partir da década de 60 o sistema educacional brasileiro viveu um dos seus piores períodos, os anos da ditadura militar.

O período militar: uma fase obscura na história da educação brasileira.

No ano de 1963, início do período militar, começou uma fase obscura na história da educação brasileira. Os militares e a elite conservadora, se instalarem no poder e tendo se apropriado de toda a máquina pública de forma autoritária caracterizaram este período pela burocratização do ensino público. Conforme Chiavenato (2004) o governo utilizou métodos e teorias pedagógicas que buscavam restringir a autonomia dos educadores e educandos, reprimindo à força qualquer movimento que se apresentasse contra esse regime. No período de 1963 a 1985 a metodologia de educação no Brasil não formava as pessoas para a vida social, mas sim para o mercado de trabalho.

O sistema educacional brasileiro era adequado aos interesses dos militares que mantinham interesses com os Estados Unidos. A educação passou a ser sinônimo de

adestramento, ninguém devia pensar. Filosofia e Sociologia foram proibidos de serem ensinados nas escolas. Os professores eram reprimidos e orientados apenas para passar conteúdos. Como os relatos históricos nos contam, vários estudantes foram espancados e mortos em manifestações públicas contra o regime militar. A União Nacional dos Estudantes- UNE foi proibida de funcionar. Todas estas práticas contra professores e estudantes ainda são refletidas no modo de atuação e aprendizagem, nas salas de aula do Brasil. Isto fez com que os professores enxergassem uma profunda desvalorização de sua profissão. O legado do período militar para a educação brasileira foi vergonhoso.

O sistema educacional brasileiro após período militar

No fim do regime militar e com a abertura política no Brasil, surgiram as primeiras discussões sobre as questões educacionais, que assumiram um caráter político. Pensadores da área de educação e de outras áreas do conhecimento, passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes a escola, a sala de aula, a didática, a relação direta entre professor e aluno, a dinâmica da escola em si mesma, sintetizando, a discussão do saber pedagógico. A constituição de 1988 trouxe vários avanços para a educação, entre eles um projeto de lei para uma nova LDB, que foi aprovada depois de 8 anos.

Os governos da década de 90, de Fernando Collor de Melo e o de Fernando Henrique Cardoso eram totalmente voltados para que a educação brasileira fosse formulada no liberalismo extremo. A educação não era voltada para os interesses do povo, e sim para os interesses da elite, sendo que na sociedade brasileira haviam cabeças pensantes e uma sociedade civil organizada que buscava uma educação de qualidade.

Com o fim da era FHC, e o início do governo Lula, o sistema educacional brasileiro foi influenciado pelas práticas sociais aplicadas nas escolas, universidades e centros de ensino técnico. Podemos utilizar um exemplo da diferença entre as políticas de FHC e as de Lula. No governo FHC havia o Fundo de desenvolvimento do Ensino fundamental-FUNDEF, que determinava os valores a serem investidos no ensino fundamental, mas deixava de fora o ensino médio e outras modalidades. Já no governo

Lula foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, que englobou as demais modalidades excluídas pelo FUNDEF.

Outro exemplo foi a criação das conferências nacionais e educação, cujos delegados (gestores, educadores, mães, pais, alunos e sociedade organizada) são oriundos de conferências municipais, territoriais e regionais. Nestas conferências todos tem o direito de debater as questões relacionadas a educação no Brasil, um fato que jamais aconteceu em nosso país. O governo Lula criou um piso salarial para os professores, que hoje é de R\$ 1.451, para os professores de educação básica. Outro ponto foi a retomada das escolas profissionalizantes, cujos objetivos diferem do passado. Hoje a formação para o cidadão e para o trabalhador, o ser humano que pensa e sabe fazer.

Na atualidade como governo da Presidenta Dilma, as mesmas práticas são adotadas e ampliadas, voltadas para a valorização do ser humano a partir da questão social refletindo na melhoria da educação brasileira em todas os seus níveis e modalidades, um legado herdado do governo Lula.

Aspectos sobre o ensino superior no Brasil: objetivos, funcionamento das instituições sistema de avaliação e políticas de acesso

O capítulo IV da LDB é todo dedicado ao ensino superior. Ele vai do art. 43 ao 57, nele estão delimitados os objetivos, a finalidade, abrangência de cursos, onde deverá ser ministrado, os prazos para autorização, reconhecimento, credenciamento, dos prazos para o funcionamento dos cursos, os dias do ano letivo, a validade dos diplomas, transferências de uma instituição para outra, a questão sobre matrículas para alunos não regulares, normas de seleção e admissão de estudantes, o quadro de profissionais de nível superior, a autonomia das universidades, o funcionamento das instituições públicas, o orçamento geral para estas instituições, a gestão das instituições públicas, a carga horária dos professores das instituições públicas e a autorização para funcionamento.

Segundo a LDB, no art. 43 inciso I, a educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo; formar diplomados nos diferentes áreas de conhecimento aptos para a

inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Os objetivos seguem nos demais incisos.

A Secretaria de Educação Superior- SISU, é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implantação de políticas e programas educacionais destinada a educação superior. Conforme o art. 21 da LDB, a educação superior constitui o segundo nível da educação escolar, para avaliar o nível dos professores universitários, como também da qualidade do ensino dos alunos graduandos, existe, desde o ano de 2004 o Sistema Nacional de Avaliação Superior- SINAES,¹ que tem como objetivo conduzir o processo de avaliação da educação superior. O SINAES está assentado no tripé: avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. É justamente através do SINAES que as instituições de educação superior são credenciadas e reconhecidas.

Á partir do governo Lula, em 2004, foram implantadas várias formas para que as populações desfavorecidas tivessem acesso ao ensino superior. Cotas de inclusão para negros, indígenas e para alunos oriundos da rede pública. Algumas destas cotas, como a para negros, são bastante discutidas pela sociedade. O Governo Lula também incentivou o acesso a mais bolsas de iniciação científica, intercâmbio com outros países para o acesso e troca de conhecimento com estudantes estrangeiros, apesar de sabermos que tanto as bolsas quanto os intercâmbios muitas vezes estão relacionados a alunos “queridinhos” dos chefes de departamentos, que ao invés de darem as bolsas ou enviarem os melhores alunos, muitas vezes colocam os que fazem parte de suas listas de privilegiados. O governo do PT inovou sim, isso não podemos negar, melhorou a estrutura de universidades federais e criou programas como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, um programa que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Por intermédio do PROUNI, vários estudantes tiveram acesso a educação superior.

As parcerias pública-privada, no ensino superior, são bastante criticadas, em razão dos possíveis efeitos sobre a ordem constitucional e sobre o funcionamento do próprio estado brasileiro, podendo por em risco a soberania do nosso país e a harmonia dos poderes da república e do próprio regime democrático.

Educação superior à distância: uma alternativa de acesso ao saber acadêmico através do ciberespaço

Mesmo com a ampliação dos recursos o Governo Federal não tem condições de aumentar o número de vagas presenciais nas universidades públicas do Brasil. Por este motivo a educação à distância seria um caminho viável e necessário para o acesso a educação superior. Seria a “universidade aberta”, sem muros, sem Campus fisicamente definido, com aulas transmitidas por TV, rádio e internet, como defendia o então Ministro da educação do Governo Lula, Cristovão Buarque.

Alguns pesquisadores não entendem a educação à distância como uma modalidade própria de educação. Segundo Saviani (1998) o próprio conceito de educação à distância é problemático, trata-se antes de um recurso auxiliar do processo educativo. Nesse caso ela não poderia, em circunstância alguma, constituir-se como alternativa de educação a escola regular.

Não só no Brasil, como é objeto de estudo desta pesquisa, mas em todo o mundo a educação à distancia é um recurso bastante explorado no âmbito de organização da cultura superior dos que navegam no ciberespaço. No mundo contemporâneo a demanda por informação passa por uma transformação qualitativa no sentido da necessidade de diversificação e de personalização. Como afirma Levy (1999, p.169) “as pessoas aceitam cada vez menos seguir cursos rígidos que não correspondem as suas necessidades reais e aos aspectos específicos de seu trajeto de vida”.

O perfil dos alunos que procuram o ensino superior é o de pessoas que estão fora das áreas concentradas de escolas e universidades, ou que estão em um centro urbano, mas que não dispõem de tempo, meio de transporte, que moram longe ou que não têm uma rotina fixa. A média de idade do aluno de educação à distância é 7 anos maior em relação ao estudante de cursos presenciais. Enquanto o primeiro representa média de 33 anos, o segundo representa média de faixa etária de 26 anos, de acordo com o censo do ensino superior do Ministério de Educação- MEC.

Existem várias vantagens com relação ao acesso ao ensino superior a distância através do ciberespaço, dentre elas: pode ser oferecido tanto a uma única pessoa, como a um grupo de pessoas que dele necessitam, sendo totalmente ou parcialmente on-line, o que permite o uso de várias estratégias; a "gestão de tempo flexível"; há uma democratização do ensino, já que engloba uma diversidade tanto cultural, social e econômica; autonomia na aprendizagem, pois requer mais comprometimento do aluno, o que permite que haja um maior desenvolvimento; incentiva a educação permanente; comunicação bidirecional e massiva; há o apoio de organização de tutoria; permite maior disponibilidade e ritmos de estudo diferenciados e uma maior familiarização com as mais diversas tecnologias.

As universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas, estão oferecendo aos estudantes à distância a possibilidade de navegarem em um oceano de informações e de conhecimentos através do ciberespaço. Suportes como correios e conferências eletrônicas servem para o *tutoring* inteligente e são colocados à serviço da aprendizagem coletiva). As pessoas que procuram a educação à distância procuram familiarizar-se a baixo custo com a prática de fenômenos complexos sem que tenham que se submeter a situações perigosas ou difíceis de contrastar.

Considerações finais

O ciberespaço possibilita o acesso ao saber acadêmico dentro da grande rede, este saber acadêmico é difundido pelas dimensões corporais, telepresença, imagens tridimensionais, realidade virtual e ambientes de realidade ampliada para videoconferências sem impressão de restrições. Já é possível perceber que a distinção entre ensino presencial e ensino superior no Brasil é cada vez menor, isto devido ao avanço na integração entre as redes de telecomunicações, suportes multimídia interativos com formas clássicas de ensino. As características da aprendizagem aberta à distância são semelhantes as da sociedade da informação como um todo (sociedade de rede, de velocidade e de personalização).

A aprendizagem superior à distância cresce numa velocidade extraordinária. É a educação corporativa, assistida por computador e difundida em vários "Campi" universitários", onde professores e alunos compartilham recursos materiais e as

informações que dispõem. É uma troca de saberes entre professor e aluno, uma atualização constante de saberes disciplinares e pedagógicos, onde os bancos de dados *online* na *Word Wide Web*, fornecem as últimas informações, tornando-as atualizadas.

A educação superior à distância é uma profunda mutação na relação do saber, uma mutação proporcionada pelo avanço crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativas, elementos que são suporte do ciberespaço.

Referências

ARANHA, Mario Lucia de. **Filosofia da Educação**/Maria Lúcia de Aranha-e Ed. rev. e ampli.-São Paulo: Moderna. 1996.

CHIAVENATO, JÚLIO José. **O Golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo. Moderna, 2004.

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Àtica, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13 ed.. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: Trajetória Limites e Perspectivas**. - 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1998. Coleção Educação contemporânea.

Ciberliteratura

PROCURA por ensino à distância cresce mais que busca por curso presencial. **G1** Campinas, 13 de ago. 2012. Disponível em:<http://m.g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/08/procura-por-ensino-distancia-cresce-mais-que-busca-por-curso-presencial.html>. Acesso em 04 de outubro de 2012, às hs 09h20min.

BRASÍLIA. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccv_03/leis/19394.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2012, às Hs 14h43min.

PERFIL dos alunos. **Vestibular Brasil na Escola**. Disponível em <http://vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/perfil-dos-alunos.htm>>. Acesso em 04 de outubro de 2012, as Hs 09h06min.